

SUMÁRIO

BLOCO I

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1.	COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS	30
2.	RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS	32
3.	DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL	33
4.	DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	40
4.1.	EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL	40
4.1.	EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	43
5.	DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO	46
5.1.	EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	46
5.2.	RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO .	49
5.2.1.	VOZ PASSIVA ANALÍTICA	58
5.2.1.1.	CONVERSÃO DA VOZ ATIVA PARA A PASSIVA ANALÍTICA	58
5.2.1.2.	ESQUEMA DA PASSIVA ANALÍTICA	58
5.2.2.	VOZ PASSIVA PRONOMINAL (SINTÉTICA)	59
5.2.2.1.	CONVERSÃO DA VOZ ATIVA PARA A PASSIVA PRONOMINAL	59
5.2.3.	RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	64
5.2.3.1.	REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO	64
5.2.4.	EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	69
5.2.5.	CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	71
5.2.6.	REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL	79
5.2.7.	EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	84
5.2.8.	COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS	87
6.	REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO	90
6.1.	SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	90
6.2.	SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO	90
6.3.	REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE	90
7.	CORRESPONDÊNCIA OFICIAL (CONFORME MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)	90
7.1.	PADRÃO OFÍCIO	93

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1.	ÉTICA E MORAL	99
2.	ÉTICA, PRINCÍPIOS E VALORES	99
3.	ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DA CIDADANIA	100
4.	ÉTICA E FUNÇÃO PÚBLICA	100
5.	ÉTICA NO SETOR PÚBLICO	101
5.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	101
5.1.1.	ESPÉCIES DE PROCEDIMENTO DISCIPLINAR: SINDICÂNCIAS INVESTIGATIVA, PATRIMONIAL E ACUSATÓRIA	101
5.1.2.	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	103
5.1.2.1.	RITOS ORDINÁRIO E SUMÁRIO	103
5.1.2.2.	FASES: INSTAURAÇÃO, INQUÉRITO E JULGAMENTO	104
5.1.2.3.	COMISSÃO DISCIPLINAR: REQUISITOS, SUSPEIÇÃO, IMPEDIMENTO E PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS (PRORROGAÇÃO E RECONDUÇÃO)	105
6.	LEI Nº 12.846/2013 E SUAS ALTERAÇÕES	105
6.1.	OBJETIVO DA LEI	105
6.2.	APLICAÇÃO DA LEI	105
6.3.	RESPONSABILIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	105
6.4.	RESPONSABILIDADE DOS DIRIGENTES	106
6.5.	RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA	106
6.6.	ATOS LESIVOS	106
6.7.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA	107
6.8.	PENALIDADES	107
6.9.	DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO	108
6.10.	DO ACORDO DE LENIÊNCIA	109
6.11.	DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL	111

LÓGICA PROPOSICIONAL (SENTENCIAL)

	NOÇÕES BÁSICAS	113
1.	PROPOSIÇÃO	113
1.1.	PRINCÍPIOS DA LÓGICA	116
1.2.	TIPOS DE PROPOSIÇÕES	116
1.2.1.	PROPOSIÇÃO SIMPLES	116
1.2.2.	PROPOSIÇÃO COMPOSTA	116
1.3.	NEGAÇÃO DE UMA PROPOSIÇÃO	118
2.	CONNECTIVOS – OPERAÇÕES LÓGICAS (PROPOSIÇÕES COMPOSTAS)	120
2.1.	CONJUNÇÃO: P E Q (REPRESENTAÇÃO: $P \wedge Q$)	120
2.2.	DISJUNÇÃO (INCLUSIVA): P OU Q (REPRESENTAÇÃO: $P \vee Q$)	121
2.3.	DISJUNÇÃO EXCLUSIVA: OU P OU Q (REPRESENTAÇÃO: $P \vee\vee Q$)	123
2.4.	CONDICIONAL (IMPLICAÇÃO) SE P ENTÃO Q (REPRESENTAÇÃO: $P \rightarrow Q$)	124
2.5.	BICONDICIONAL (DUPLA IMPLICAÇÃO): P SE SOMENTE SE Q (REPRESENTAÇÃO: $P \leftrightarrow Q$)	127
3.	TABELA VERDADE	134
3.1.	NÚMERO DE LINHAS DE UMA TABELA VERDADE	134
3.2.	CONSTRUÇÃO DE UMA TABELA VERDADE	135
4.	CLASSIFICAÇÃO DE UMA PROPOSIÇÃO COMPOSTA: TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA	139
4.1.	DEFINIÇÃO DE TAUTOLOGIA	139
4.2.	DEFINIÇÃO DE CONTRADIÇÃO	140
4.3.	DEFINIÇÃO DE CONTINGÊNCIA	140

5. EQUIVALÊNCIA LÓGICA	141
5.1. EQUIVALÊNCIAS DO CONDICIONAL	141
6. NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	144
7. ARGUMENTO	148
7.1. REPRESENTAÇÃO DE UM ARGUMENTO	149
7.2. VALIDADE DE UM ARGUMENTO	150
8. SENTENÇA ABERTA	152
9. QUANTIFICADORES	153
10. SILOGISMOS ENVOLVENDO QUANTIFICADORES (DIAGRAMAS LÓGICOS)	154
10.1. CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS	155
10.2. ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS	155
10.3. SILOGISMO	157
11. NEGAÇÃO ENVOLVENDO AS PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS (DOS QUANTIFICADORES)	161

CONJUNTOS NOÇÕES INICIAIS

1. DEFINIÇÃO	165
2. RELAÇÃO DE PERTINÊNCIA	165
3. REPRESENTAÇÃO DOS CONJUNTOS	165
4. RELAÇÃO DE INCLUSÃO (SUBCONJUNTOS)	166
5. CONJUNTO DAS PARTES DE UM CONJUNTO	166
6. OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	167
7. NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO	168

NOÇÕES GERAIS 174

1. PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DE CONTAGEM (PFC)	175
2. FATORIAL	178
3. ARRANJO SIMPLES	179
4. PERMUTAÇÕES	180
4.1. PERMUTAÇÕES SIMPLES	180
4.2. PERMUTAÇÕES COM ELEMENTOS REPETIDOS	182
4.3. PERMUTAÇÕES CIRCULARES	183
5. COMBINAÇÕES SIMPLES	183

PROBABILIDADE

INTRODUÇÃO	186
1. EXPERIMENTO ALEATÓRIO	187
2. ESPAÇO AMOSTRA (OU ESPAÇO AMOSTRAL)	188
3. EVENTO	188
3.2. EVENTO COMPOSTO	188
3.3. EVENTO CERTO	188
3.4. EVENTO IMPOSSÍVEL	189
4. PROBABILIDADE DE UM EVENTO	189
5. REGRAS DA ADIÇÃO OU REGRA DO “OU”	190
6. PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	192
7. REGRAS DE MULTIPLICAÇÃO OU DO “E”	195
8. PROBABILIDADE CONDICIONAL	200
REGRA DE TRÊS SIMPLES	213

INFORMÁTICA

1.	CONCEITOS DE INTERNET E INTRANET	223
2.	CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS A INTERNET/INTRANET. FERRAMENTAS E APLICATIVOS COMERCIAIS DE NAVEGAÇÃO, DE CORREIO ELETRÔNICO, DE GRUPOS DE DISCUSSÃO, DE BUSCA, DE PESQUISA E DE REDES SOCIAIS	224
2.1.	MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA	224
2.2.	FERRAMENTAS E APLICATIVOS DE NAVEGAÇÃO	226
2.3.	FERRAMENTAS E APLICATIVOS DE CORREIO ELETRÔNICO	227
2.4.	FERRAMENTAS E APLICATIVOS DE REDES SOCIAIS	227
2.5.	SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET	227
3.	NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS)	230
3.1.	SISTEMA OPERACIONAL	230
3.2.	ATALHOS DO WINDOWS	230
3.3.	CONCEITOS BÁSICOS PARA WINDOWS	233
3.4.	TIPOS DE SISTEMAS OPERACIONAIS	233
3.5.	WINDOWS: SISTEMA OPERACIONAL EM JANELAS	234
3.6.	PAINEL DE CONTROLE DO WINDOWS	234
3.7.	BARRA DE TAREFAS WINDOWS	239
4.	ACESSO À DISTANCIA A COMPUTADORES, TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO E ARQUIVOS, APLICATIVOS DE ÁUDIO, VÍDEO E MULTIMÍDIA	240
4.1.	ACESSO À DISTANCIA A COMPUTADORES	240
4.2.	TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES E ARQUIVOS	241
4.2.1.	FTP	242
4.3.	APLICATIVOS DE ÁUDIO, VÍDEO E MULTIMÍDIA	242
4.3.1.	PRINCIPAIS EXTENSÕES DE ARQUIVOS	242
4.3.2.	CONCEITOS IMPORTANTES	243
5.	EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES (AMBIENTES MICROSOFT OFFICE E BROFFICE)	243
5.1.	MICROSOFT OFFICE	243
5.2.	BROFFICE.ORG	244
6.	REDES DE COMPUTADORES	246
6.1.	FORMATOS	246
6.2.	TIPOS DE REDE	247
6.3.	TOPOLOGIA DE REDES	247
6.4.	PROCOLOS	248
7.	CONCEITOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	250
7.1.	NOÇÕES DE VÍRUS, WORMS E PRAGAS VIRTUAIS	250
7.2.	APLICATIVOS PARA SEGURANÇA (ANTIVÍRUS, FIREWALL, ANTI-SPYWARE ETC.) ..	251
8.	CONVERGÊNCIA DE REDE	254
8.1.	CONCEITO	254
8.2.	NOÇÕES DE VOZ SOBRE IP (VOIP E TELEFONIA IP)	254
8.2.1.	PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE TELEFONIA VOIP E TELEFONIA IP	255
8.2.2.	SEMELHANÇAS ENTRE VOIP E TELEFONIA IP	255
8.3.	NOÇÕES DE VIDEOCONFERÊNCIA	256
9.	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	257
9.1.	CRIPTOGRAFIA	258
9.2.	ATACANTES OU INVASORES	258
9.3.	CÓDIGOS MALICIOSOS	259
10.	SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO EM DISCO E SISTEMAS DE REPLICAÇÃO DE DADOS ..	262
10.1.	NOÇÕES INICIAIS E CONCEITUAIS	262
10.2.	DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS	263
11.	PROCEDIMENTOS DE BACKUP	264

11.1. TIPOS DE BACKUP	264
11.2. MÍDIAS DE ARMAZENAMENTO	264
11.3. ESTRATÉGIAS DE BACKUP	265
11.4. RESTORE	265
11.5. CLOUDSTORAGE	265
11.6. CLOUDCOMPUTING	265
12. NOÇÕES DE POWER BI	266
12.1. OBJETIVO	267
12.2. FUNÇÕES	267
12.3. USO	267
12.4. TECNOLOGIA DE BI	267
12.5. IMPLEMENTAÇÃO DE BI	268
12.6. BENEFÍCIOS	269
13. CONCEITO DE BANCO DE DADOS	269

ATUALIDADES (SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA)

1. SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL	271
1.1. SEGURANÇA PÚBLICA	271
1.2. JUSTIÇA CRIMINAL	273
1.3. EXECUÇÃO PENAL	275
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA	276
2.1. CONCEITO	276
3.2. PRINCÍPIOS	276
3.3. DIRETRIZES	276
3.4. OBJETIVOS	277
3.5. ESTRATÉGIA	278
3.6. DOS CONSELHOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	278
3.7. DOS INTEGRANTES	279
3.8. DA COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DO SNSP	279
3.8. DA CIDADANIA	280
4. O PAPEL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NAS POLÍTICAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	281
4.1. ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL	281

BLOCO II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE; DIREITOS SOCIAIS; NACIONALIDADE; CIDADANIA E DIREITOS POLÍTICOS; PARTIDOS POLÍTICOS; GARANTIAS CONSTITUCIONAIS INDIVIDUAIS; GARANTIAS DOS DIREITOS COLETIVOS, SOCIAIS E POLÍTICOS	287
1.1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	287
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	288
PRINCIPAIS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE (ART. 5º CF)	288
SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	289
1.2. DIREITOS SOCIAIS	290
CATEGORIAS IMPORTANTES	291
PRINCIPAIS INCISOS DO ART. 7º DA CF	291
FOCOMASTER: JURISPRUDÊNCIA	293

1.3.	NACIONALIDADE	294
	BRASILEIROS NATURALIZADOS	294
	SITUAÇÕES EM QUE O BRASILEIRO PODERÁ ADQUIRIR, VOLUNTARIAMENTE, OUTRA NACIONALIDADE (E CONTINUAR BRASILEIRO)	295
1.4.	DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS	296
	EXERCÍCIO DA SOBERANIA	296
	PERDA OU SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLITICOS	297
	AUTONOMIA	297
1.5.	GARANTIAS	298
1.5.1.	MANDADO DE SEGURANÇA	298
1.5.2.	MANDADO DE INJUNÇÃO	302
	ESPÉCIES DE AUSÊNCIA DE NORMA	302
	NATUREZA DA NORMA	302
	LEGITIMIDADE ATIVA	302
	LEGITIMIDADE PASSIVA (TANTO DO INDIVIDUAL, COMO DO COLETIVO)	303
	RECURSO CONTRA O INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL	303
	LIMINAR	304
	EFICÁCIA SUBJETIVA	304
	COISA JULGADA	304
	SUPERVENIÊNCIA DA NORMA REGULAMENTADORA	304
	AÇÃO DE REVISÃO	305
1.5.3.	AÇÃO POPULAR	305
	NULIDADE DOS ATOS LESIVOS	305
	VÍCIOS	305
1.5.4.	HABEAS DATA	306
	LEGITIMIDADE	307
1.5.5.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	307
	SUJEITOS	308
	ASPECTOS PROCESSUAIS	308
1.5.6.	DIREITO DE PETIÇÃO	309
2.	PODER EXECUTIVO	309
2.1.	FORMAS DE GOVERNO	309
2.2.	SISTEMAS DE GOVERNO	310
3.	DÉFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: SEGURANÇA PÚBLICA; ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	311
	PRINCÍPIOS REGENTES DO SISTEMA CONSTITUCIONAL DE CRISES	311
	SITUAÇÕES CONSTITUCIONAIS DE DECRETAÇÃO	311
3.1.	DA SEGURANÇA PÚBLICA	311

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1.	LEI Nº 8.112/1990 E SUAS ALTERAÇÕES	313
1.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	313
1.2.	DO PROVIMENTO	313
1.3.	DA VACÂNCIA	319
1.4.	DA REMOÇÃO	320
1.5.	DA REDISTRIBUIÇÃO	321
1.6.	DA SUBSTITUIÇÃO	321
1.7.	DOS DIREITOS E VANTAGENS	322
	DESCONTOS	324
	DAS INDENIZAÇÕES	325

AJUDA DE CUSTO	326
DAS DIÁRIAS	326
DA INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE	327
DO AUXÍLIO-MORADIA	327
DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS	329
DA RETRIBUIÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSES- SORAMENTO	329
DA GRATIFICAÇÃO NATALINA	330
DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE OU ATIVIDADES PE- NOSAS	330
DO ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	331
DO ADICIONAL NOTURNO	331
DO ADICIONAL DE FÉRIAS	332
DA GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO	332
1.8. DAS LICENÇAS	334
DISPOSIÇÕES GERAIS	334
DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA	334
DA LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CÔNJUGE	335
DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR	335
DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA	335
DA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO	336
DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES	336
DA LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA	336
1.9. DOS AFASTAMENTOS	337
DO AFASTAMENTO PARA SERVIR A OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE	337
DO AFASTAMENTO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO	338
DO AFASTAMENTO PARA ESTUDO OU MISSÃO NO EXTERIOR	338
DO AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO PAÍS	339
1.10. DAS CONCESSÕES	340
1.11. DO TEMPO DE SERVIÇO	341
1.12. DO DIREITO DE PETIÇÃO	344
1.13. DO REGIME DISCIPLINAR	345
DOS DEVERES	345
DAS PROIBIÇÕES	346
DA ACUMULAÇÃO	347
DAS RESPONSABILIDADES	348
1.14. DAS PENALIDADES	350
APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DISCIPLINARES	354
1.15. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	355
DO AFASTAMENTO PREVENTIVO	356
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	356
DO INQUÉRITO	357
DO JULGAMENTO	359
DA REVISÃO DO PROCESSO	361
1.16. DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	362
(RESUMO DOS PRINCIPAIS ASPECTOS)	362
APOSENTADORIA	363
DO AUXÍLIO-NATALIDADE	366
DO SALÁRIO-FAMÍLIA	366
DA LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE E DA LICENÇA-PATERNIDADE	367

	DO AUXÍLIO-FUNERAL	368
	DO AUXÍLIO-RECLUSÃO	368
	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	368
2.	PODERES ADMINISTRATIVOS	369
2.1.	HIERARQUICO	369
2.2.	DISCIPLINAR	369
2.3.	REGULAMENTAR	370
2.4.	PODER DE POLÍCIA	370
	PODER DE POLÍCIA ORIGINÁRIO E DERIVADO	370
2.5.	USO E ABUSO DO PODER	371
	DICA DE FOCOMASTER: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	371
3.	LEI Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES E DECRETO Nº 10.024/2019 (REGULAMENTA A LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA)	372
3.1.	CONCEITO	372
3.2.	COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	372
3.3.	PRINCÍPIOS	372
3.4.	OBJETO	373
3.5.	DESTINATÁRIOS	373
3.6.	ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO	374
3.7.	LICITAÇÃO DISPENSADA	374
3.8.	LICITAÇÃO DISPENSÁVEL (ART. 24)	374
3.9.	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (ART. 25)	378
3.10.	MODALIDADES DE LICITAÇÃO	378
3.11.	CONCORRÊNCIA	379
3.12.	TOMADA DE PREÇOS	379
3.13.	CONVITE	379
3.14.	LEILÃO	379
3.15.	PREGÃO	380
3.16.	INTERVALO MÍNIMO	380
3.17.	RECURSOS NA LEI 8.666/93	380
3.18.	CRITÉRIOS DE DESEMPATE	381
	DICA DE FOCOMASTER: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	381
4.	DECRETO Nº 6.170/2007 E SUAS ALTERAÇÕES (DISPÕE SOBRE AS NORMAS RELATIVAS ÀS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO MEDIANTE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)	382
4.1.	OBJETO DO DECRETO	382
4.2.	CONCEITOS	382
4.3.	VEDAÇÃO	383
4.4.	CADASTRO	384
4.5.	CHAMAMENTO PÚBLICO	384
4.6.	CLÁUSULAS NECESSÁRIAS	385
4.7.	ASSINATURA	385
4.8.	DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS	385
4.9.	CÁLCULO DA CONTRAPARTIDA	386
4.10.	EXECUÇÃO DE PROGRAMA QUE OBJETIVE A REALIZAÇÃO DE OBRA	386
4.11.	TRANSFERÊNCIAS E MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS	387
4.12.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	387
4.13.	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	388
4.14.	REMUNERAÇÃO DA EQUIPE	388
4.15.	NÃO PODERÃO SER CONTRATADAS	389
4.16.	RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	389
4.17.	DENÚNCIA DO CONVÊNIO	389

4.18.	FINALIDADES DA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	390
4.19.	COMPETÊNCIA DO SINCOV	390
4.20.	DA PADRONIZAÇÃO DOS OBJETOS	390
5.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	390
5.1.	CONCEITO	390
5.2.	EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	391
5.3.	RESPONSABILIDADE DO ESTADO EM CASO DE OMISSÃO	391
5.4.	SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADE ECONÔMICA	392
5.5.	REQUISITOS PARA A RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO	392
5.6.	CAUSAS EXCLUDENTES DO NEXO DE CAUSALIDADE	392
5.7.	REPARAÇÃO DO DANO E O DIREITO DE REGRESSO	392
5.8.	PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE REGRESSO	393
5.9.	TESE DA DUPLA GARANTIA	393
5.10.	DENUNCIAÇÃO DA LIDE	393
5.11.	PRESCRIÇÃO	393
5.12.	RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS LEGISLATIVOS	393
5.13.	RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS JUDICIAIS	394
5.14.	RESPONSABILIDADE CIVIL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES	394
6.	LEI Nº 9.784/1999 E SUAS ALTERAÇÕES	394
6.1.	APLICAÇÃO DIRETA	394
6.2.	APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA	394
6.3.	CONCEITOS	395
6.4.	CRITÉRIOS	395
6.5.	DOS DIREITOS DOS ADMINISTRADOS	395
6.6.	DOS DEVERES DO ADMINISTRADO	395
6.7.	DO INÍCIO DO PROCESSO	395
6.8.	DOS INTERESSADOS	396
6.9.	DA COMPETÊNCIA	396
6.10.	DELEGAÇÃO E AVOCAÇÃO	396
	PUBLICAÇÃO	396
6.11.	DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO	397
6.12.	DA FORMA DOS ATOS	397
6.13.	TEMPO E LUGAR	397
6.14.	COMUNICAÇÃO	397
6.15.	INSTRUÇÃO	398
6.16.	DO DEVER DE DECIDIR	398
6.17.	DA MOTIVAÇÃO	398
6.18.	DA DESISTÊNCIA E OUTROS CASOS DE EXTINÇÃO DO PROCESSO	399
6.19.	DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO	399
6.20.	DO RECURSO ADMINISTRATIVO	399
	FOCOMASTER: SÚMULAS	400
7.	PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 424/2016 E SUAS ALTERAÇÕES	401
7.1.	OBJETIVO	401
7.2.	CONCEITOS	401
7.3.	DESCENTRALIZAÇÃO	404
7.4.	NÃO SE APLICAM AS EXIGÊNCIAS DESTA PORTARIA	404
7.5.	NÍVEIS	405
7.6.	CADASTRO NO SICONV	405
7.7.	COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO CONCEDENTE	406
7.8.	DELEGAÇÃO	407

7.9.	VEDAÇÕES	407
7.10.	COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DOS PROPONENTES	408
7.11.	FISCALIZAÇÃO	410
7.12.	DO CHAMAMENTO PÚBLICO	410
7.13.	DAS VEDAÇÕES	411
7.14.	DA PLURIANUALIDADE	413
7.15.	DO CONSÓRCIO PÚBLICO	413
7.16.	DO CADASTRAMENTO	413
7.17.	DA PROPOSTA DE TRABALHO	414
7.18.	DA CONTRAPARTIDA	415
7.19.	DO PLANO DE TRABALHO	415
7.20.	DO PROJETO BÁSICO E DO TERMO DE REFERÊNCIA	416
7.21.	DAS CONDIÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO	417
7.22.	DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO	426
7.23.	DA ANÁLISE E ASSINATURA DO TERMO	430
7.24.	DA PUBLICIDADE	430
7.25.	DA ALTERAÇÃO	431
7.26.	DA EXECUÇÃO	431
7.27.	DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS	435
7.28.	DA CONTRATAÇÃO POR ENTIDADES PRIVADAS SEMFINS LUCRATIVOS	435
7.29.	DA CONTRATAÇÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	436
7.30.	DOS PAGAMENTOS	437
7.31.	DO ACOMPANHAMENTO	439
7.32.	DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	442
7.33.	DO REGIME SIMPLIFICADO	445
7.34.	DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO	447
7.35.	DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	448
7.36.	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	449

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1.	APLICAÇÃO DA LEI PENAL	451
1.1.	PRINCÍPIOS	451
	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	451
	PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL	451
	PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE	452
	PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	452
	PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS PENAS OU DA HUMANIDADE	453
	PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA OU DE NÃO CULPABILIDADE	453
	PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA	454
	PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE	454
	PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PESSOAL	454
	PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL	454
	PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA OU BAGATELA	454
	PRINCÍPIO DA FRAGMENTARIEDADE	455
	PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	455
	REQUISITOS LEGAIS DA INSIGNIFICÂNCIA	455
	APLICAÇÃO DA INSIGNIFICÂNCIA	455
1.2.	A LEI PENAL NO TEMPO	456
	REGRA 456	
	EXCEÇÕES	456
1.3.	TEMPO E LUGAR DO CRIME	456

1.3.1.	TEMPO DO CRIME	456
1.3.2.	LUGAR DO CRIME	457
1.4.	LEI PENAL EXCEPCIONAL, ESPECIAL E TEMPORÁRIA	457
1.5.	TERRITORIALIDADE E EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL	457
1.5.1.	PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE MITIGADA OU TEMPERADA	457
1.6.	PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO	458
1.7.	EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA	459
1.8.	CONTAGEM DE PRAZO	459
1.9.	FRAÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS DA PENA	459
1.10.	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL E ANALOGIA	459
1.11.	CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS	460
	PRINCÍPIOS PARA SOLUCIONAR O CONFLITO APARENTE DE NORMAS	460
2.	FATO TÍPICO	460
	EXCLUSÃO DA CONDUTA	461
2.1.	CRIME CONSUMADO E TENTADO	463
2.2.	ILICITUDE E CAUSAS DE EXCLUSÃO	465
	CAUSAS EXCLUDENTES DA ILICITUDE	465
2.2.1.	ESTADO DE NECESSIDADE	466
2.2.2.	LEGÍTIMA DEFESA	467
2.2.3.	ESTRITO CUMPRIMENTO DE UM DEVER LEGAL	469
2.2.4.	EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO	469
2.2.5.	CONSENTIMENTO DO OFENDIDO	470
2.3.	EXCESSO PUNÍVEL	470
3.	CRIMES CONTRA A PESSOA	471
3.1.	HOMICÍDIO	471
3.1.1.	HOMICÍDIO SIMPLES	471
3.1.2.	HOMICÍDIO QUALIFICADO	471
3.1.3.	HOMICÍDIO PRIVILEGIADO	471
3.1.4.	HOMICÍDIO FUNCIONAL	472
3.1.5.	FEMINICÍDIO	472
3.1.6.	HOMICÍDIO CULPOSO	472
3.1.7.	PERDÃO JUDICIAL	473
3.2.	INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU AUTOMUTILAÇÃO	473
3.2.1.	AUTOMUTILAÇÃO	473
3.2.2.	ALTERAÇÃO DO PRECEITO SECUNDÁRIO (PRECEITO SECUNDÁRIO É A PENA)	473
3.2.3.	FORMA QUALIFICADA	474
3.2.4.	FORMAS MAJORADAS	474
3.3.	INFANTICÍDIO	475
3.3.1.	CONCEITO	475
3.3.2.	SUJEITO ATIVO	475
3.3.3.	CLASSIFICAÇÃO	475
3.4.	DO ABORTO	475
3.4.1.	CONCEITO	475
3.4.2.	ABORTO ATÍPICO (NÃO SÃO PUNÍVEIS E NÃO ESTÃO PREVISTOS NA LEI)	475
3.4.3.	ABORTO TÍPICO E JURÍDICO (ESTÃO PREVISTOS EM LEI E NÃO SÃO PUNÍVEIS)	476
3.4.4.	ABORTO TÍPICO, ANTIJURÍDICO E CULPÁVEL (ESTÃO PREVISTOS EM LEI E SÃO PUNÍVEIS)	476
3.4.5.	FOCOMASTER: JURISPRUDÊNCIA	476

3.5.	LESÃO CORPORAL	477
3.5.1.	CONCEITO	477
3.5.2.	CLASSIFICAÇÃO	477
3.5.3.	DIFERENÇAS ENTRE LESÃO CORPORAL GRAVE E GRAVÍSSIMA	477
3.5.4.	FOCOMASTER: JURISPRUDÊNCIA	477
3.6.	ABANDONO DE INCAPAZ	478
3.6.1.	PRECEITO LEGAL	478
3.6.2.	AUMENTO DE PENA	479
3.6.3.	CONSUMAÇÃO	479
3.7.	EXPOSIÇÃO OU ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO	479
3.7.1.	PRECEITO LEGAL	479
3.7.2.	SUJEITOS	479
3.7.3.	TIPO SUBJETIVO	479
3.7.4.	CONSUMAÇÃO/TENTATIVA	479
3.7.5.	FORMA PRETERDOLOSA	479
3.8.	OMISSÃO DE SOCORRO	480
3.8.1.	PRECEITO LEGAL	480
3.8.2.	TIPO OBJETIVO	480
3.8.3.	TIPO SUBJETIVO	480
3.8.4.	CONSUMAÇÃO/TENTATIVA	480
3.8.5.	CAUSA DE AUMENTO DE PENA	480
3.8.6.	PENA/AÇÃO PENAL	480
3.9.	CONDICIONAMENTO DE ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR EMERGENCIAL ...	481
3.9.1.	PRECEITO LEGAL	481
3.9.2.	CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA	481
3.9.3.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	481
3.10.	MAUS TRATOS	481
3.10.1.	PRECEITO LEGAL	481
3.10.2.	FORMA QUALIFICADA	482
3.10.3.	AUMENTO DE PENA	482
3.11.	RIXA	482
3.11.1.	PRECEITO LEGAL	482
3.11.2.	FOCOMASTER	482
3.11.3.	ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO	482
3.11.4.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	482
3.11.5.	RIXA QUALIFICADA	482
3.12.	DOS CRIMES CONTRA A HONRA	483
3.12.1.	FOCOMASTER: JURISPRUDÊNCIA	484
3.13.	CONSTRANGIMENTO ILEGAL	484
3.13.1.	CONCEITO	484
3.13.2.	CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DA PENA	485
3.13.3.	EXCLUSÃO DO CRIME	485
3.14.	AMEAÇA	485
3.14.1.	PRECEITO LEGAL	485
3.14.2.	CLASSIFICAÇÃO	485
3.15.	SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO	486
3.15.1.	PRECEITO LEGAL	486
3.15.2.	BEM JURÍDICO TUTELADO	486
3.15.3.	SUJEITOS DO CRIME	486
3.15.4.	TIPO SUBJETIVO	486
3.15.5.	FORMA QUALIFICADA	486

3.15.6.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	487
3.16.	TRÁFICO DE PESSOAS	487
3.16.1.	PRECEITO LEGAL	487
3.16.2.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (DE 1/3 ATÉ A 1/2)	488
3.17.	VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO	488
3.17.1.	PRECEITO LEGAL	488
3.17.2.	ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO	489
3.17.3.	FIGURA QUALIFICADA	489
3.17.4.	CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO DA PENA	489
3.17.5.	TENTATIVA	489
3.17.6.	CAUSAS DE EXCLUSÃO DE ILICITUDE	489
3.17.7.	CONCEITO DE CASA (NORMA PENAL EXPLICATIVA)	489
3.17.8.	AÇÃO PENAL	489
3.	CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	490
4.1.	FURTO	490
4.1.1.	PRECEITO LEGAL	490
4.1.2.	OBJETIVIDADE JURÍDICA	490
4.1.3.	SUJEITOS	490
4.1.4.	CONSUMAÇÃO	490
4.1.5.	FURTO DE USO	490
4.1.6.	PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	490
4.1.7.	CRIME IMPOSSÍVEL E TENTATIVA	491
4.1.8.	FURTO MAJORADO PELO REPOUSO NOTURNO	491
4.1.9.	CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA (FURTO "PRIVILEGIADO" OU MÍNIMO)	491
4.1.10.	FURTO QUALIFICADO	491
4.1.11.	PHISHING	492
4.2.	ROUBO	492
4.2.1.	PREVISÃO LEGAL	492
4.2.2.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	492
4.2.3.	ROUBO PRÓPRIO (CAPUT)	492
4.2.4.	ROUBO IMPRÓPRIO (OU ROUBO POR APROXIMAÇÃO)	493
4.2.5.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (ROUBO MAJORADO)	493
4.2.6.	ROUBO QUALIFICADO	493
4.3.	EXTORSÃO	493
4.3.1.	PREVISÃO LEGAL	493
4.3.2.	OBJETIVIDADE JURÍDICA	493
4.3.3.	SUJEITOS	494
4.3.4.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	494
4.3.5.	CONCURSO DE CRIMES	494
4.3.6.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (EXTORSÃO MAJORADA)	494
4.3.7.	EXTORSÃO QUALIFICADA	494
4.3.8.	EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO	494
4.3.9.	EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO	495
4.4.	DO DANO	495
4.4.1.	PREVISÃO LEGAL	495
4.4.2.	DANO QUALIFICADO	495
4.4.3.	ELEMENTO SUBJETIVO	496
4.5.	APROPRIAÇÃO INDÉBITA	496
4.5.1.	PREVISÃO LEGAL	496

4.5.2.	CAUSA DE AUMENTO DE PENA	496
4.5.3.	CONSUMAÇÃO	496
4.5.4.	APROPRIAÇÃO INDÉBITA PRIVILEGIADA	496
4.6.	ESTELIONATO	496
4.6.1.	PREVISÃO LEGAL	496
4.6.2.	ESTELIONATO JUDICIÁRIO	497
4.6.3.	ESTELIONATO PRIVILEGIADO	497
4.6.4.	FRAUDE NO PAGAMENTO POR MEIO DE CHEQUE	497
4.6.5.	UTILIZAÇÃO DE PAPEL MOEDA GROSSEIRAMENTE FALSIFICADO	497
4.6.6.	CAUSA DE AUMENTO DE PENA EM RAZÃO DA NATUREZA DA VÍTIMA ..	497
4.6.7.	CAUSA DE AUMENTO DE PENA EM RAZÃO DA IDADE DA VÍTIMA	498
4.6.8.	AÇÃO PENAL	498
4.7.	RECEPTAÇÃO	498
4.7.1.	PREVISÃO LEGAL	498
4.7.2.	AUTONOMIA DA RECEPTAÇÃO	498
4.7.3.	RECEPTAÇÃO DOLOSA (QUALIFICADA PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COMERCIAL OU INDUSTRIAL)	498
4.7.4.	RECEPTAÇÃO DOLOSA PRIVILEGIADA	499
4.7.5.	QUALIFICADORA (EM RAZÃO DA VÍTIMA ATINGIDA)	499
4.7.6.	RECEPTAÇÃO CULPOSA	499
4.7.7.	PERDÃO JUDICIAL	499
4.7.8.	RECEPTAÇÃO DE ANIMAL	499
4.8.	DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	500
4.8.1.	IMUNIDADE PENAL ABSOLUTA	500
4.8.2.	IMUNIDADE PENAL RELATIVA	500
4.8.3.	INAPLICABILIDADE DAS IMUNIDADES	500
4.	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	501
5.	CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	502
6.1.	PECULATO	502
6.2.	CONCUSSÃO, CORRUPÇÃO PASSIVA, CORRUPÇÃO ATIVA	503
6.3.	DEMAIS CRIMES	503

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.	APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSO- AS	505
2.	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	506
2.1.	LEI 13964/2019: ADOÇÃO EXPRESSA DO SISTEMA ACUSATÓRIO	506
2.2.	JUIZ DAS GARANTIAS (ART. 3º B- INSERIDO PELA LEI 13964/2019)	506
	COMPETÊNCIA DO JUIZ DAS GARANTIAS	508
	IMPEDIMENTO DO JUIZ DAS GARANTIAS	508
	OUTROS PAPÉIS DO JUIZ DAS GARANTIAS	509
	RESUMO SOBRE O JUIZ DAS GARANTIAS	509
2.3.2.	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	510
2.3.3.	FOCOMASTER: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	511
3.	INQUÉRITO POLICIAL	512
3.1.	CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL	513
3.2.	NOTITIA CRIMINIS	515
3.3.	INÍCIO DO INQUÉRITO POLICIAL	515
3.4.	ARQUIVAMENTO	516
3.5.	DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	518
4.	AÇÃO PENAL	525

4.1.	CONCEITO	525
4.2.	CONDIÇÕES GENÉRICAS DA AÇÃO PENAL	525
4.3.	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS	526
4.4.	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PENAIS	526
4.5.	PRINCÍPIOS DA AÇÃO PENAL PÚBLICA	526
4.6.	PRINCÍPIOS DA AÇÃO PENAL PRIVADA	527
4.7.	TIPOS DE AÇÃO PENAL PRIVADA	528
4.8.	FOCOMASTER SÚMULAS	528
5.	PRISÕES, LIBERDADE PROVISÓRIA E FIANÇAS	528
5.1.	CONCEITO	528
5.2.	ESPÉCIES DE PRISÃO	528
5.3.	APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES	529
5.4.	VEDAÇÃO À PRISÃO	530
5.5.	COMPETÊNCIA PARA EXPEDIR MANDADO DE PRISÃO	530
5.6.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS PRESOS	530
5.7.	PRISÃO EM FLAGRANTE	531
5.8.	PRISÃO PREVENTIVA	531
5.9.	PRISÃO DOMICILIAR	533
5.10.	PRISÃO TEMPORÁRIA	533
5.11.	LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA	534
5.12.	RESUMO DAS INOVAÇÕES DA LEI 13964/2019 NO ASSUNTO	535
5.13.	FOCOMASTER: JURISPRUDÊNCIA	536
5.14.	FOCOMASTER: DIFERENÇAS ENTRE PRISÃO PREVENTIVA E PRISÃO TEMPORÁRIA	540
6.	PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	541
7.	O <i>HABEAS CORPUS</i> E SEU PROCESSO	542

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1.	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS — RESOLUÇÃO 217-A (III) DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948	543
3.	DECRETO Nº 7.037/2009 E SUAS ALTERAÇÕES (PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS)	570
4.	ATUALIZAMOS DIVERSOS ARTIGOS DO DEC. 9.759/2019 CONFORME DEC. 9.812/2019	572
5.	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (ARTS. 62 A 64 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E SUAS ALTERAÇÕES)	575
6.	CONSELHOS PENITENCIÁRIOS (ARTS. 69 E 70 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E SUAS ALTERAÇÕES)	576
8.	CONSELHOS DA COMUNIDADE (ARTS. 80 E 81 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E SUAS ALTERAÇÕES)	576

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1.	LEI Nº 12.850/2013 E SUAS ALTERAÇÕES (ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS)	579
1.1.	CONCEITO	579
1.2.	APLICAÇÃO EXTENSIVA DA LEI	579
1.3.	CRIAÇÃO DE VARAS ESPECIALIZADAS	579
1.4.	CRIME	580
1.5.	AFASTAMENTO CAUTELAR DE SERVIDOR PÚBLICO ENVOLVIDO	580
1.6.	PERDA DO CARGO E INTERDIÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA	581
1.7.	LEI 13.964/2019	581

1.8.	INVESTIGAÇÃO E MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA	581
1.9.	DA COLABORAÇÃO PREMIADA	582
1.10.	DA AÇÃO CONTROLADA	585
1.11.	DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES	586
1.12.	DO ACESSO A REGISTROS, DADOS CADASTRAIS, DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES	587
1.13.	DOS CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DA PROVA	587
2.	LEI Nº 9.613/1998 E SUAS ALTERAÇÕES (LAVAGEM DE DINHEIRO)	588
2.1.	CONCEITO	588
2.2.	NATUREZA JURÍDICA	588
2.3.	FASES DA LAVAGEM DE DINHEIRO	588
2.4.	JUSTA CAUSA DUPLICADA	589
2.5.	PUNIÇÃO DA AUTOLAVAGEM	589
2.6.	COMPETÊNCIA	589
2.7.	CRIMES EM ESPÉCIE	589
2.8.	CAUSA DE AUMENTO DE PENA	590
2.9.	MEDIDAS ASSECURATÓRIAS	590
2.10.	AÇÃO CONTROLADA E INFILTRAÇÃO DE AGENTES	590
2.11.	TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA (WILLFUL BLINDNESS, OSTRICH INSTRUCTIONS)	591
3.	LEI Nº 9.455/1997 E SUAS ALTERAÇÕES (ANTITORTURA)	591
3.1.	CONCEITO DE TORTURA	591
3.2.	ASPECTOS GERAIS	591
3.3.	DOS CRIMES EM ESPÉCIE	592
3.3.1.	ART. 1º	592
3.3.2.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	594
3.3.3.	VEDAÇÃO À FIANÇA, GRAÇA E ANISTIA	594
3.3.4.	EXTRATERRITORIALIDADE	594
4.	LEI Nº 12.846/2013 E SUAS ALTERAÇÕES (ANTICORRUPÇÃO)	594
4.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	594
4.2.	RESPONSABILIDADE OBJETIVA	594
4.3.	RESPONSABILIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	595
4.4.	ATOS LESIVOS	595
4.5.	ATOS LESIVOS À LICITAÇÃO E CONTRATOS	595
4.6.	CONCEITOS	596
4.7.	APLICAÇÃO DAS SANÇÕES	596
4.8.	INSTAURAÇÃO E JULGAMENTO	596
4.9.	PRAZO DE CONCLUSÃO	597
4.10.	DEFESA	597
4.11.	DESCONSIDERAÇÃO DA PJ	597
4.12.	ACORDO DE LENIÊNCIA	597
5.	LEI Nº 13.869/2019 (ABUSO DE AUTORIDADE)	598
5.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	598
5.2.	ABUSO DE AUTORIDADE	599
5.3.	DOS SUJEITOS DO CRIME	599
5.4.	DA AÇÃO PENAL	600
5.5.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO (ART. 4º)	600
5.6.	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ART. 5º)	600
5.7.	DAS SANÇÕES DE NATUREZA CIVIL E ADMINISTRATIVA	601
5.8.	DOS CRIMES E DAS PENAS	601
6.1.	CONCEITO	607

6.2.	BEM JURIDICO TUTELADO	607
6.3.	SANÇÕES	607
6.4.	INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS	607
6.5.	SUJEITO PASSIVO	608
6.6.	SUJEITO ATIVO	608
6.7.	ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	609
6.8.	ELEMENTO SUBJETIVO	609
6.9.	ENRIQUECIMENTO ILÍCITO (ART. 9º)	609
6.10.	LESÃO AO ERÁRIO (ART. 10)	610
6.11.	CONCESSÃO OU APLICAÇÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIO FINANCEIRO OU TRIBUTÁRIO (ART. 10A)	612
6.12.	VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 11)	612
6.13.	DAS SANÇÕES	613
6.14.	DA PRESCRIÇÃO	615
7.	LEI Nº 10.826/2003 E SUAS ALTERAÇÕES (ESTATUTO DO DESARMAMENTO)	616
7.1.	FINALIDADE	616
7.2.	ASPECTOS GERAIS	616
7.3.	POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO	616
7.4.	OMISSÃO DE CAUTELA	617
7.5.	PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO	617
7.6.	DISPARO DE ARMA DE FOGO	618
7.7.	POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO	619
7.8.	COMÉRCIO ILEGAL DE ARMA DE FOGO	619
7.9.	TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMA DE FOGO	620
7.10.	AUMENTO DE PENA	620
7.11.	BANCO NACIONAL DE PERFIS BALÍSTICOS	620
7.12.	FOCOMASTER: JURISPRUDÊNCIA	621
8.	LEI Nº 11.343/2006 E SUAS ALTERAÇÕES (LEI DE DROGAS)	621
8.1.	FINALIDADE DA LEI	621
8.2.	CONCEITO DE DROGAS	622
8.3.	NATUREZA DA NORMA	622
8.4.	CRIME E PENA AO USUÁRIO DE DROGA	622
8.5.	TRÁFICO DE DROGAS	624
	CLASSIFICAÇÃO	625
	FIGURADAS EQUIPARADAS	625
8.6.	INDUZIR, INSTIGAR OU AUXILIAR O USO DE DROGA	626
8.7.	OFERECER DROGA EVENTUALMENTE A PESSOA DO SEU RELACIONAMENTO	626
8.8.	TRÁFICO PRIVILEGIADO	626
8.9.	TRÁFICO DE MAQUINÁRIOS	627
8.10.	ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO	628
8.11.	ASSOCIAÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DO TRÁFICO	628
8.12.	FINANCIAMENTO DO TRÁFICO	628
8.13.	INFORMANTE	629
8.14.	PRESCREVER OU MINISTRAR CULPOSAMENTE DROGAS	629
8.15.	CONDUZIR EMBARCAÇÃO OU AERONAVE APÓS CONSUMO DE DROGA	630
8.16.	CAUSAS DE AUMENTO (ART.40)	630
8.17.	DELAÇÃO PREMIADA	631
8.18.	FIXAÇÃO DA PENA BASE	632
8.19.	PENA DE MULTA	632
8.20.	VEDAÇÕES	632
8.21.	INIMPUTABILIDADE DA LEI DE DROGAS	633

8.22. DESTRUIÇÃO DA DROGA	633
8.23. PERDIMENTO DE BENS	634
8.24. REQUISITOS PARA A PROGRESSÃO DE REGIME NOS CRIMES EQUIPARADOS A HEDIONDOS	634

BLOCO III

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

EXECUÇÃO PENAL

1. LEI Nº 7.210/1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL)	637
1.1. OBJETIVO DA EXECUÇÃO	637
1.2. APLICAÇÃO E COMPETÊNCIA	638
1.3. CLASSIFICAÇÃO	638
1.4. ASSISTÊNCIA	638
1.5. DO TRABALHO	639
1.6. DOS DEVERES DO PRESO	639
1.7. DOS DIREITOS DO PRESO	640
1.8. DA DISCIPLINA	640
1.9. DAS FALTAS DISCIPLINARES	640
1.10. FALTA GRAVE DO CONDENADO A PPL	641
1.11. FALTA GRAVE DO CONDENADO A PRD	642
1.12. CONSEQUÊNCIAS DA FALTA GRAVE	642
1.13. REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD)	642
1.14. SANÇÕES	643
1.15. RECOMPENSAS	644
1.16. ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL	644
1.17. DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	644
1.18. DOS REGIMES DE CUMPRIMENTO	645
1.19. PROGRESSÃO DE REGIME	645
1.20. DA REGRESSÃO DE REGIME	646
1.21. DA PERMISSÃO DE SAÍDA	647
1.22. DA SAÍDA TEMPORÁRIA	647
1.23. DA REMIÇÃO	647
1.24. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	648
1.25. DA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	649
1.26. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL (SURSIS)	649
1.27. EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA	650
1.28. TEMPO DE CUMPRIMENTO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	650
2. PORTARIA INTERMINISTERIAL MJ/SEDH Nº 4.226/2010 (ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DA FORÇA PELOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA)	650
2.1. OBRIGATORIEDADE	650
2.2. DIRETRIZES	650
2.3. PRINCÍPIOS	651
2.4. PROIBIÇÃO	651
2.5. DISPAROS DE ADVERTÊNCIA	651
2.6. ATO DE APONTAR ARMA	651
2.7. QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS	651
2.8. AÇÕES DO AGENTE DE SEGURANÇA	652
2.9. AÇÕES DO ÓRGÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	652
2.10. CRITÉRIOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO	652
2.11. HABILITAÇÃO PARA O USO DE ARMAS DE FOGO	653

2.12.	TÉCNICAS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	653
2.13.	RELATÓRIO INDIVIDUAL	653
3.	PORTARIA MJSP Nº 65/2019 (FORMAÇÃO DA FORÇA TAREFA DE INTERVENÇÃO PENITENCIÁRIA NO ÂMBITO DO DEPEN)	654
3.1.	COMPOSIÇÃO	654
3.2.	COMPETÊNCIA	655
3.3.	CONTINGENTE DE PROFISSIONAIS	655
3.4.	COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL	655
3.5.	SECRETARIAS ESTADUAIS	655
4.	PORTARIA MJSP Nº 157/2019 (DISCIPLINA O PROCEDIMENTO DE VISITA SOCIAL AOS PRESOS NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS DE SEGURANÇA MÁXIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)	655
4.1.	LOCAIS DE VISITA	655
4.2.	VISITAS SOCIAIS NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS DE SEGURANÇA MÁXIMA	655
4.3.	DIREITO DO PRESO QUE APRESENTAR ÓTIMO COMPORTAMENTO CARCERÁRIO	656
4.4.	VISITAS SOCIAIS EM PARLATÓRIO	656
4.5.	ACESSO AO PARLATÓRIO	656
4.6.	INTERRUPÇÃO DA VISITA	657
4.7.	COMPETÊNCIA DO DIRETOR DO ESTABELECIMENTO PENAL FEDERAL	657
5.	LEI Nº 13.675/2018 (DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA SEGURANÇA PÚBLICA; CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL; INSTITUI O SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA) E DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO Nº 9.489/2018	658
5.1.	FINALIDADE	658
5.2.	DA COMPETÊNCIA PARA ESTABELECIMENTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	658
5.3.	DOS PRINCÍPIOS DA PNSPDS	658
5.4.	DAS DIRETRIZES	659
5.5.	DOS OBJETIVOS	660
5.6.	DAS ESTRATÉGIAS	662
5.7.	DOS MEIOS E INSTRUMENTOS	662
5.8.	COMPOSIÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	663
6.	PORTARIA MJSP Nº 18/2020 (APROVA A DOUTRINA NACIONAL DE ATUAÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA – DNAISP). 6.1 DOUTRINA NACIONAL DE ATUAÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA – DNAISP	663
	PLANO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA 2020–2023. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL: 1 DECRETO Nº 6.049/2007 (REGULAMENTO PENITENCIÁRIO FEDERAL)	665
	DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS FEDERAIS	666
	DOS ÓRGÃOS AUXILIARES E DE FISCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS	666
	DAS FASES EVOLUTIVAS INTERNAS, DA CLASSIFICAÇÃO E DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PENA.	667
	DA ASSISTÊNCIA AO PRESO E AO EGRESSO	667
	DAS RECOMPENSAS E REGALIAS	669
	DAS FALTAS DISCIPLINARES	671
	PENALIDADES	672
	DAS MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS	673
	DAS NORMAS DE APLICAÇÃO DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO	673
	DO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE FALTAS DISCIPLINARES	674
	INSTAURAÇÃO	674

INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO	674
DA AUDIÊNCIA	675
DO RELATÓRIO	676
DA DECISÃO	676
RECURSO	676
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	677
CLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA	677
PRAZOS PARA A REABILITAÇÃO	677
DOS MEIOS DE COERÇÃO	678
DAS VISITAS	679
DO TRABALHO E DO CONTATO EXTERNO	680
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	681
2. PORTARIA MSP Nº 199/2018 (REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL)	681
COMPETÊNCIAS DO DEPEN	681
O DEPEN TEM A SEGUINTE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:	682
DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES	683
3. LEI Nº 10.693/2003 E SUAS ALTERAÇÕES	713
4. LEI Nº 11.907/2009 (SEÇÃO XXIII – DAS CARREIRAS DA ÁREA PENITENCIÁRIA FEDERAL)	713
CARREIRAS	713
VENCIMENTOS	714
REQUISITOS PARA A PROMOÇÃO	714
COMPOSIÇÃO DOS VENCIMENTOS	715
CONSIDERAÇÕES GERAIS	717
JORNADA DE TRABALHO	718
5. LEI Nº 13.327/2006 (CAPÍTULO VIII – DAS CARREIRAS DA ÁREA PENITENCIÁRIA FEDERAL)	718
REQUISITOS PARA A PROMOÇÃO DO CARGO DE AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL	719
6. LEI Nº 11.473/2007 (DISPÕE SOBRE COOPERAÇÃO FEDERATIVA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA)	719
PRINCIPAIS ARTIGOS	719
7. LEI Nº 11.671/2008 (DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA E INCLUSÃO DE PRESOS EM ESTABELECIMENTOS PENAIIS FEDERAIS)	720
8. DECRETO Nº 6.877/2008 (REGULAMENTA A LEI Nº 11.671/2008)	722
DOCUMENTOS	723
9. PORTARIA DISPF/DEPEN Nº 11/2015 (APROVA O MANUAL DAS ASSISTÊNCIAS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL)	724
ASSISTÊNCIA À SAÚDE	726
DO ATENDIMENTO MÉDICO	727
ESTUDO DOS ASPECTOS PRINCIPAIS	727
DAS PRESCRIÇÕES DE MEDICAMENTOS E OUTROS	728
ESTUDO DOS ARTIGOS PRINCIPAIS	728
DAS INSPEÇÕES	729
DAS CONSULTAS, EXAMES E INTERNAÇÃO DO PRESO FORA DO PRESÍDIO	729
DO PRONTUÁRIO DE SAÚDE	729
DAS COMUNICAÇÕES SOBRE O ESTADO DE SAÚDE DO PRESO	730
DAS ATIVIDADES DE LAZER	733
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	733